CÂMARA MUNICIPAL DO SABUGAL

ATA Nº 08/2012

REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE MARÇO DE 2012

PRESIDENTE:

António dos Santos Robalo

VEREADORES:

Luís Manuel Nunes Sanches
Maria Delfina Gonçalves Marques Leal
Joaquim Fernando Ricardo
Sandra Isabel Santos Fortuna
Ernesto Cunha
Francisco António Simões dos Santos Vaz

FALTARAM POR MOTIVO JUSTIFICADO:

HORA DE ABERTURA:

Dez horas

LOCAL: **1º período: Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho**
2º Período: Junta de Freguesia de Lageosa da Raia

SALDO DO DIA 27 DE MARÇO DE 2012 -----> ***Op. Orçamental: 2.892.906,29 €***
Op. Não Orçamental: 630.045,60 €

❖ Às dez horas o **Presidente da Câmara**, declarou aberta a reunião. ----------

❖ Em cumprimento do disposto no art. 83° da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, a Câmara deliberou, por unanimidade, **apreciar** e **votar** todos os assuntos apresentados pela Presidência da Câmara e não incluídos na Ordem de Trabalhos elaborada para a presente reunião. ----------

ANTES DA ORDEM DO DIA

❖ Iniciado o período de antes da ordem do dia, o **Presidente da Câmara** propôs que na próxima quarta-feira, dia 04/04/2012, pelas 14:30 horas, se realizasse uma ***reunião extraordinária***, tendo como Ponto Único:

- **Relatório de Análise** do concurso público de ***Concessão da Exploração Comercial e Turística do Balneário Termal do Cró;***

posta a proposta a votação, foi a mesma **aprovada**, por unanimidade. ----------

❖ O vereador **Luís Sanches** tomou a palavra para:

- dizer que tinha sido informado da existência de alguém interessado em construir uma fábrica para produção de biodiesel e perguntou se a Câmara já tinha sido contactada. Em resposta o **Presidente da Câmara** confirmou que tinha havido contactos de um empresário com ligações em Itália, que lhe dissera pretender instalar uma empresa no Sabugal que iria criar 150 postos de trabalho e para o qual solicitara a cedência de um espaço, tendo-lhe sido transmitida a disponibilidade para a cedência de um dos lotes disponíveis da Zona de Localização Empresarial. Pelo que estavam a aguardar por parte do investidor que formulasse por escrito os necessários pedidos;

- perguntar qual o ponto de situação da reparação da estrada municipal de Aldeia Velha à raia e, da rotunda da Lageosa. Em resposta o **Presidente da Câmara** disse que, tinha sido dada indicação ao Eng.º Correia para que tentasse agregar as duas situações na mesma, ou seja que fizesse uma informação de forma a que ambas pertencessem à mesma empreitada;

- dizer que tinha informação de que tinha sido enviado há algum tempo um ofício da **IPSS de Aldeia Velha** a solicitar apoio financeiro para ampliação do Lar, sem que até à presente data tivesse sido dada qualquer resposta. Em resposta o **Presidente da Câmara** esclareceu

que, o ofício estava na Divisão de Ação Social para informação sobre se o mesmo se enquadrava nos requisitos constantes no Regulamento de Apoio ao Associativismo. ---------

❖ O vereador **Francisco Vaz** tomou a palavra para dizer que:

- relativamente ao assunto que colocara na reunião de 04/01/2012 sobre Luís Carlos Antunes Dias, tivera recentemente conhecimento que ainda não tinha havido qualquer resposta, ao que o **Presidente da Câmara** disse que o munícipe se deveria dirigir ao Gabinete de Proteção Civil para que pudesse obter informação mais detalhada;

- no passado dia 24/3/2012, o **Secretário de Estado da Cultura**, Francisco José Viegas, disse: " "*A Rota das Judiarias será a mais decisiva das redes para a criação de riqueza. Há cerca de um milhão e meio de peregrinos judeus pela Europa em regime de permanência. Se dermos dignidade ao nosso património isso vai operar uma transformação importantíssima no desenvolvimento local*".

  Diz ainda o Sr. Secretário de Estado:

  "(A meta é) o desenho das redes de património. (...) Um projeto tao importante e tão decisivo como a Rota do Românico, ou a Rota dos Monumentos Medievas em Ambiente Rural. (Vai valer) muita e muita criação de riqueza. Basta falar ainda na Rota dos Castelos da Raia, na Rota das Fortalezas Militares (...)".

  *Os vereadores do **Partido Socialista** consideram estas afirmações muito importantes para o Concelho do Sabugal, e por isso, colocamos ao Sr. Presidente as seguintes perguntas:*

  - *O que pensa o Sr. Presidente fazer para integrar de pleno direito o Conselho do Sabugal na Rota das Judiarias, pois que, para além da adesão à Rede de Judiarias de Portugal, nada mais se sabe sobre o que o Município está a fazer?*

  - *Qual o ponto de situação que nos pode fazer sobre as Rotas dos Monumentos Medievais em Ambiente Rural e a dos Castelos da Raia? Tem o Sr. Presidente alguma informação adicional?*

  *Os vereadores do **Partido Socialista** têm vindo sistematicamente a defender a importância do património histórico enquanto fator decisivo para o desenvolvimento do Concelho.*

Mas também temos vindo a defender que as oportunidades se aproveitam quando os Municípios têm uma estratégia de desenvolvimento clara e sustentada.

Por isso, propusemos e tal foi aprovado por unanimidade há mais de dois meses, iniciar o processo de elaboração do Plano Estratégico do Concelho do Sabugal.

Desde esse momento, nada mais soubemos sobre o assunto.

E por isso solicitamos ao Sr. Presidente uma informação atualizada sobre se já foi elaborado o Caderno de Encargos e quando pensa lançar o respetivo concurso".----------

Em resposta o **Presidente da Câmara** disse que, o caderno de encargos relativo ao Plano Estratégico do Sabugal já estava feito, aguardando deliberação. ----------

❖ O Vereador **Joaquim Ricardo** tomou a palavra para perguntar à Vice-presidente qual o ponto de situação do pedido que fizera em reunião anterior relativamente às instalações e apoio financeiro para a construção de uma estátua para a Liga dos Combatentes, de forma a honrar os nossos compatriotas, em que a Sr.ª Vice – Presidente se comprometera a visitar o local e verificar a situação concreta das instalações, pelo que gostaria de saber qual a conclusão a que chegara. Em resposta a **Vice – presidente** disse que não tinha ido ao local porque tivera uma reunião com a Associação de Pais onde lhe tinha sido transmitido que iria haver novas eleições, desconhecendo se continuariam nas instalações que, partilhavam com a Liga dos Combatentes, pelo que esperariam até nova decisão. ----------

Retomando a palavra o **Presidente da Câmara** disse que, teria de se deslocar a Coimbra, na parte da tarde, onde iria ter uma reunião na CCDRC, pelo que solicitava que fossem discutidos alguns assuntos que constavam na Ordem de Trabalhos, antes de se ausentar. Tendo a sua proposta sido aceite por todos os vereadores, foram discutidos de imediato os seguintes documentos: ----------

DIVISÃO DE PLANEAMENTO E URBANISMO

ISENÇÃO DE TAXAS

❖ Face à informação prestada pelo Serviço de Gestão Urbanística, a Câmara deliberou, por unanimidade, **isentar Daniel António Rodrigues Vicente** e esposa **Carina Dias Vicente** do pagamento de taxas relativas à construção de uma edificação destinada a habitação unifamiliar, sito no Sitio da Tapada dos Sete Cús, Lote 13, Freguesia de Sabugal, nos termos do n.º 3 do art. 14º do Regulamento Municipal de Taxas, Licenças e Prestação de Serviços do Município do Sabugal. ------

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

DIVERSOS

❖ Deliberado, por unanimidade, **autorizar** que José Reduto & Cameira, Lda. **venda o direito de superfície** dos lotes 37, 38, 39 e 40, sitos na Zona Industrial do Sabugal (que lhe tinham sido cedidos em reunião de 15/03/1990) a **Padrão de Estrelas, Lda.**, com fundamento na informação n.º 71/2012 datada de 27/03/2012 prestada pelo Chefe da Divisão de Administração Geral. ----------

DIVISÃO DE GESTÃO E FINANÇAS

RECURSOS HUMANOS

❖ Deliberado, por maioria, **aprovar** a continuação do "**Procedimento concursal para cargos de dirigentes de 2º e 3º Grau ",** em virtude de ter decorrido o prazo de 6 meses, sem que tenha sido homologada a lista de classificação final, com fundamento na informação prestada pelo serviço de recursos humanos com o registo n.º 785 datada de 26/03/2012. Na votação registaram-se: votos a favor do Presidente da Câmara, da Vice-presidente e do Vereador Ernesto Cunha, os votos contra da Vereadora Sandra Fortuna, do Vereador Francisco António Vaz e do Vereador Luís Sanches e a abstenção do Vereador Joaquim Ricardo. Foram feitas as seguintes ***declarações de voto***:

Vereadora **Sandra Fortuna**, em representação dos Vereadores do **Partido Socialista**: *"Em Novembro de 2011, os vereadores do PS votaram contra uma proposta muito semelhante à atual. Lembramos que, na altura, o assunto vinha à RCM para tentar legalizar mais uma trapalhada jurídica, decorrente de o Sr. Presidente, de forma menos legal, ter aberto um Concurso sem que para tal tivesse competência.*

E na altura, dissemos, de forma clara que, e citamos:

1. *"O que precisávamos de saber, hoje e aqui, era, como é que se fundamenta devidamente a ratificação da decisão, ilegal, reafirmamo-lo, para dar cumprimento ao conteúdo do Ofício da CCDR Centro n° 0602656 de 14 de Novembro, que diz:*

   - *acresce referir que a ratificação dos referidos atos pela Câmara Municipal deve ser devidamente fundamentada..."*

2. *O que precisávamos era de uma Informação que desse as bases sólidas e coerentes que levassem os vereadores do PS a ratificarem a decisão."*

Pois bem. Passados estes meses, a Informação volta e volta na mesma sem uma fundamentação suficientemente justificada que nos permitisse votar a favor.

Mais uma vez, não colocamos em causa a necessidade e a urgência de contratar chefias definitivas, até para ultrapassar situações de legalidade duvidosa e, mesmo de prejuízo para os trabalhadores do Município que vêm assumindo esses lugares.
Mas num ano com um Orçamento Geral do Estado que impõe que os Municípios reduzam até 2% o número de trabalhadores e até 15% o de cargos dirigentes, impunha-se que o Sr. Presidente nos trouxesse aqui, como enquadra os Concursos que pretende realizar neste cenário de supressão de postos de trabalho e de cargos dirigentes.
A não ser assim, corre-se o risco de iniciar um processo de contratação de chefias, sabendo que algumas delas terão de ser extintas a curto prazo.
Para nós continua a ser mais avisado analisar desde já quais os cargos dirigentes a extinguir, antes de os ocupar.
E por isso, mantemos o nosso voto negativo, recomendando ao Sr. Presidente que apresente a este Executivo uma análise fundamentada de como pretende cumprir o exigido pela Lei do Orçamento de Estado, e quais os lugares de chefia que pretende manter." ----------

Vereador **Joaquim Ricardo**: "*O meu voto de abstenção quanto a ratificação do despacho do senhor presidente significa que discordo em absoluto com a forma como este procedimento decorreu, principalmente pelo facto de não ter sido dado qualquer conhecimento ao executivo o que demonstra, no mínimo, uma total falta de respeito com este órgão e dos elementos que o compõem.*
Por outro lado julgo que, não obstante em Dezembro do ano transato ter votado a favor da alteração do quadro de pessoal, o atual quadro das finanças públicas e também locais são desfavoráveis à admissão ou nomeação de pessoal.
Abstenho-me, viabilizando assim a ratificação do despacho, porque se não o fizesse os efeitos colaterais nefastos recairiam mais uma vez nos trabalhadores, entretanto já nomeados em regime de substituição, que não têm culpa do comportamento de quem praticou aquele ato sem ter competência para tal". ----------

❖ Relativamente a este assunto o **Presidente da Câmara** disse que:

1. a legislação limitativa de cargos dirigentes bem como para outras situações autárquicas estava para sair. Quando saísse a Câmara teria que cumprir escrupulosamente o determinado;

2. o **Presidente da Câmara** confiava plenamente nos cerca de 200 trabalhadores que a autarquia tem, e daria sempre cobertura a todo e qualquer ato, por excesso ou por omissão, portanto será sempre o responsável.

Na sequência desta intervenção do Presidente da Câmara, a vereadora **Sandra Fortuna** propôs que, relativamente ao SIADAP – Opção Gestionária em vez de serem os trabalhadores a devolver o dinheiro fosse o Presidente da Câmara. Em resposta o **Presidente da Câmara** disse que assumiria todas as situações perante o SIADAP passadas e futuras. ----------

DIVISÃO DE EXECUÇÃO

❖ A **Vice-Presidente** tomou a palavra para, relativamente à questão abordada na reunião de 14/03/2012 da ***suspensão dos trabalhos*** da obra de **"Percurso de Interpretação ao Longo da Margem Esquerda da Albufeira do Sabugal"**, dizer que tinha falado com a fiscal da obra que lhe entregara a informação que a seguir se transcreve: ----------

"Na sequência do acompanhamento da fase de formação do contrato relativo ao procedimento de empreitada do "Percurso de Interpretação ao longo da Margem esquerda da albufeira do Sabugal" bem como da obtenção dos pareceres relativos ao projeto de execução que nos foi cedido pelo INAG, dos contactos feitos com a equipa técnica autora do projeto e do acompanhamento da candidatura ao 20.º aviso de Concurso do Regulamento específico "Ações de Valorização e Qualificação Ambiental", foram detetados alguns problemas inerentes ao projeto/obra. Assim, visando a operacionalidade da concretização da obra e com o objetivo de evidenciar essas situações perante esta Câmara 1 e perante a Fiscalização da Obra, que entretanto iniciou, entende-se pertinente referir o seguinte:

1. *Ao projeto apresentado serviu de base um levantamento, efetuado pela Equipa Projetista, que identificou um conjunto de caminhos sobre os quais incidiu posteriormente a proposta de criação do percurso interpretativo. Aquando da análise do projeto para submissão de pedidos de parecer 2, situação que se verificou aquando da submissão da candidatura ao QREN (via enquadramento na EEC "Provere Turismo e Património do Vale do Côa) e após ter sido lançado o Concurso Público Urgente relativo à empreitada de obra pública, verificámos as seguintes situações:*

- *Existência de caminhos que, não constando da carta militar, carecem de processo de aquisição simples ou expropriação;*
- *Localização de estruturas de ensombramento em terrenos de propriedade privada, cuja implantação obriga à sua aquisição*
- *Existência de alguns dos caminhos existentes e propostos como percurso localizados abaixo do nível de NPA da albufeira, que não podem ser percorridos quando a mesma se encontra em pleno armazenamento;*
- *Localização de estrutura de ensombramento em terrenos afetos à Reserva Ecológica Nacional;*

2. *Face a estas situações, e também na sequência de questões levantadas pelas entidades exteriores a quem foi necessário solicitar parecer, foram feitos levantamentos das áreas consideradas "sensíveis" do ponto de vista da execução e consultadas as cartas de expropriação da Albufeira para verificar a legitimidade de propriedade relativamente a alguns troços, com o objetivo a encontrar soluções alternativas relativamente ao percurso e à colocação das estruturas de ensombramento. Foi ainda feita uma visita ao local com um residente de Malcata, conhecedor dos terrenos em questão, com o objetivo de identificar os proprietários. Este trabalho foi por mim efetuado com a estreita colaboração do gabinete SIG. Foram inclusivamente feitos levantamentos topográficos rigorosos de*

determinadas áreas localizadas abaixo do NPA, de forma a verificar o volume de movimentação de terras necessário à correção da cota de determinados troços.

3. *Relativamente às questões levantadas pela CCDRC relativamente à implantação de uma estrutura de ensombramento em REN, foi feita nova proposta de implantação, com a concordância da equipa projetista, desta vez em terrenos, propriedade do Estado (expropriados aquando da construção da Albufeira). Relativamente a ARH Norte, que se manifestou sobre a utilização do domínio hídrico, foram entregues propostas construtivas de minimização de enchentes em troços afetos ao domínio hídrico. Relativamente à Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural foi introduzida nova "estação" para indicação dos moinhos recuperados aquando da construção da albufeira. Sem estas propostas não teria sido possível obter pareceres favoráveis das entidades em questão.*

4. *Foram feitas várias propostas com o objetivo de procurar alternativas que, por um lado, não carecessem de processos de aquisição de terrenos, sem prejuízo da necessidade de obter algumas autorizações de passagem e, por outro, possibilitassem a criação de um percurso viável a ser percorrido durante todo o ano, sem que o percurso interpretativo perdesse o conceito inicial. As propostas foram sempre dadas a conhecer à equipa projetista. Contudo, estas propostas de alteração de traçado e implantação das estruturas de ensombramento, interferem com alguns dos trabalhos da empreitada que terão de ser devidamente analisados pela Fiscalização.*

5. *Descreve-se a mais recente proposta de traçado (situação atual – conforme carta anexa):*

5.1 A mais recente proposta de traçado é a que carece de menos interferência com propriedades privadas e que localiza uma das estruturas de ensombramento em terrenos do Estado e as duas restantes em terreno da Junta de Freguesia da Malcata. A Junta de Freguesia já aceitou (informalmente) esta situação devendo a mesma ser formalizada através de protocolo. Relativamente ao terreno propriedade do organismo do Estado, o assunto está a ser tratado superiormente, com vista à formalização de uma autorização de implantação da estrutura de ensombramento e do circuito de manutenção.

5.2 Existem, contudo, quatro troços deste traçado que carecem de autorização de passagem, estando a Junta de Freguesia de Malcata a fazer os primeiros contatos com os respetivos proprietários, de forma a viabilizar esta situação. No entanto, salvaguardou-se que em nenhum destes troços exista colocação de qualquer tipo de equipamento;

5.3 Existe a possibilidade de demarcar um percurso alternativo (mais agradável do ponto de vista da paisagem) junto à Sr.ª da Graça, mas essa marcação carece de verificação de uma pequena passagem por terreno privado e de autorização das Aguas do Zêzere e Côa para passar no acesso aos órgãos da albufeira. Esta alternativa só será assumida depois destas autorizações e caso não seja possível mantém-se o traçado original.

5.4 A alteração de traçado obriga a rever a sinalética informativa e interpretativa (em localização e quantidades). A sinalética interpretativa foi já definida em função do novo traçado enquanto a informativa só poderá ser analisada quando o traçado estiver definido na sua totalidade;

5.5 Após contato com a equipa projetista fomos informados que o design e conteúdos mais específicos da informação a constar nos painéis interpretativos e leitores de paisagem não estava incluído na prestação de serviços que o INAG contratou com a referida empresa. Face a esta situação, propõe-se que esse assunto seja resolvido internamente anexando-se, desde já, um exemplo do que poderá ser o painel

interpretativo tipo (que se anexa), sobre o qual terá que ser introduzido conteúdo específico (pequeno texto) relativo a cada temática de cada "estação" (anexa-se também a listagem das estações e equipamento afeto a cada uma delas). Para elaboração dos conteúdos propõe-se que seja solicitado o apoio dos técnicos Marcos Osório, Telmo Salgado, Carla Filipa e Alberto Barata. Para formatação final do material a entregar para entregar ao empreiteiro para edição (a este cabe fornecer o material a uma empresa especializada para produção dos painéis) propõe-se a colaboração do técnico João Paulo.

5.6 Numa fase final, e ainda que fora do âmbito desta empreitada, sugere-se que sejam produzidos folhetos relativos ao Percurso de Interpretação, fundamentais para a promoção e compreensão do mesmo junto dos turistas e possíveis usufruidores.

6. Face ao exposto no ponto 5, e não obstante estarem a ser tomadas as diligências necessárias à resolução de todas as questões pendentes, verifica-se que alguns dos trabalhos inerentes à empreitada estão claramente dependentes da confirmação da viabilidade das alterações introduzidas no mais recente traçado proposto e na nova implantação de equipamentos. Assim sendo, e constatando-se o bom andamento dos trabalhos cuja execução não está dependente dessas alterações, conforme assinalado pela Fiscalização da Obra, poderá revelar-se necessária a suspensão da obra até que sejam resolvidas todas as questões assinaladas.

7. Em conclusão, deixa-se à consideração superior o teor da presente informação relembrando a importância de mediar com urgência as autorizações a obter junto da administração central e propõe-se que, nesta fase, seja dado conhecimento da mesma à Fiscal de Obra, Eng.ª Paula Ferreira, com vista a apoiar uma eventual tomada de decisão relativamente à suspensão da Obra e para que conste do processo da obra. Acrescenta-se ainda que, logo que o traçado seja definitivo (o que acontecerá caso se venham a obter e formalizar as autorizações pendentes) colocar-se-á à consideração desta Câmara Municipal, a aprovação das alterações e de toda a documentação inerente às mesmas."

que fundamentava a suspensão dos trabalhos. ----------

ERROS E OMISSÕES

- Face à informação prestada pela fiscal da obra, com o registo n.º 672 de 13-03-2012, sobre a lista de ***Suprimentos de Erros e Omissões*** da obra de **"Execução das redes de água e saneamento de Ozendo"**, foi chamada para prestar esclarecimentos a fiscal da obra Eng.ª Paula Ferreira que, explanou a diferença entre erros e omissões e o porquê de estarem a ser invocados nesta fase da obra. Analisado o assunto, a Câmara deliberou, por maioria, **aprovar** a lista de suprimento de erros e omissões. Na votação registaram-se os votos a favor do Presidente da Câmara, Vice-presidente e dos vereadores Ernesto Cunha e Joaquim Ricardo e as abstenções dos vereadores Francisco Vaz, Luís Sanches e Sandra Fortuna. ----------

Pelas 12: 25 horas o **Presidente da Câmara** ausentou-se da reunião, passando a dirigir os trabalhos a Vice-presidente, Nesta altura foi também interrompida a reunião para almoço. ----------

Pelas 15,00 horas foram retomados os trabalhos, na **Junta de Freguesia de Lageosa** onde decorreu o 2º período da reunião. Assim, a Vice- Presidente deu início aos trabalhos começando por justificar a ausência do Presidente da Câmara por ter uma reunião urgente, em Coimbra. Depois de agradecer a presença dos membros da assembleia de freguesia e público em geral bem como a receção e a disponibilidade da Junta para receber o executivo e a forma como o recebera, passou a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia** que depois de agradecer a presença do executivo camarário elencou algumas ações que gostaria de ver resolvidas para o desenvolvimento da freguesia e melhoria de vida da sua população. Assim relativamente:

- **À fixação de pessoas e falta de emprego** que é uma das grandes dificuldades da região, levando a que os jovens procurem outras paragens e que por vezes não têm condições para regressar, disse que era essencial a criação de um espaço, englobando várias freguesias, para a instalação de uma zona empresarial, por forma a permitir a instalação de empresas que, por sua vez, poderão criar emprego, até porque, quer em Aldeia Velha, quer em Aldeia do Bispo já estavam instaladas algumas indústrias.

- **À questão dos lixos** - disse ser necessário a criação de um espaço onde obrigatoriamente fosse colocado lixo quer o doméstico quer o resultante de obras, pois continuava a assistir-se ao seu depósito a esmo, sem qualquer controlo. Existia no Concelho um local, no Sabugal, para depósito de lixos, no entanto ficava bastante longe, o que fomentava o aparecimento destes depósitos. Disse ainda que, não bastava haver local de lixo e obrigatoriedade da sua colocação, mas a existência de formas de controlo.

- **À saúde** - disse que seria desejável a criação de uma unidade móvel de saúde que percorresse as diferentes freguesias, de 15 em 15 dias, que para além das consultas que poderia fazer, faria a prescrição do receituário necessário à obtenção dos medicamentos, considerando que a maioria das freguesias não dispunha de médico, o que para a população residente, na sua maioria pessoas já com alguma idade e com dificuldades de mobilidade, melhorando a qualidade de vida, pelo que pedia o empenho da Câmara nesse sentido.

- **Às verbas de capital** - disse que era necessário, que com a brevidade possível a Câmara, resolvesse a questão dos protocolos, na sequência de delegação de competências, pois as Juntas de Freguesia, e também a sua, estavam a ficar em grandes dificuldades, uma vez que com as regras que agora estão a ser implementadas vai ser difícil as juntas fazerem algumas obras de relevo.

- **À Rotunda da Lageosa** - disse que tinha tido conhecimento de que o assunto já estava no gabinete técnico para ser tratado, pelo que estava já encaminhado.

- **À colocação de ecopontos** - disse que era necessário que na freguesia fossem colocados alguns ecopontos até para sensibilizar as pessoas a fazer a seleção do lixo, com vista à preservação do ambiente.

- **Às bermas e valetas** - disse que as bermas e valetas à entrada da povoação estavam bastante degradadas e obstruídas, necessitando de uma reparação.

- **Ao Pavilhão Multiusos** - disse que estava em fase de acabamentos e, por se estar numa zona fria, pretendia colocar aquecimento através de ar condicionado, mas não havia dinheiro, pelo que apelava à vontade da Câmara, relativamente à questão das verbas de capital.

- **Ao Parque de Merendas** - disse que pretendia também colocar iluminação elétrica neste parque para que a sua utilização fosse melhorada, mas também não dispunha da verba necessária à aquisição do necessário equipamento.

Fez ainda referência:

- à falta de sinalização em algumas ruas de acesso à estrada municipal, definindo prioridades bem como da falta de sinalética com a indicação dos destinos a tomar, dentro da povoação.

- aos trabalhos de conservação necessários na estrada Lajeosa-Forcalhos.

- às obras necessárias na Sede da Junta de Freguesia e do edifício contiguo. Referiu ainda a necessidade de arranjar um local destinado à criação de um mini- mercado ou cooperativa de consumidores (pensava pedir apoio da Câmara na pessoa do Dr. Jaime Pinto) uma vez que na freguesia não havia local onde se pudessem adquirir produtos alimentares.

- ao arranjo da Ribeira da Lageosa - disponibilidade da Câmara para fazer o projeto.

- à criação de um espaço fixo para a realização das capeias, mantendo a traça dos redondéis, no entanto ainda não tinha encontrado um local adequado.

- A Vereadora **Sandra Fortuna**, tomou a palavra para agradecer a receção, tendo acrescentado que era sempre bom o executivo deslocar-se às freguesias porque ficava com uma ideia real do que se passava no dia-a-dia e das preocupações para as quais há que arranjar soluções para proporcionar uma vida mais agradável às populações apesar dos tempos não estarem fáceis. Referiu ainda que a questão dos protocolos a celebrar com as Juntas de Freguesia era um assunto que a todos preocupava e que, na medida do possível, a Câmara teria de resolver porque tal como as coisas estavam neste momento não era fácil gerir uma Junta de Freguesia e há consciência absoluta disso. Finalmente referiu que estava ao dispor para, dentro das disponibilidades e limitações existentes, colaborar no que fosse do interesse para a Junta de Freguesia. ----------

- De seguida tomou a palavra o Vereador **Luís Sanches** para agradecer a receção e dizer que fazia suas as palavras da vereadora Sandra, havendo dois ou três assuntos que como arraiano e vereador o preocupavam Assim referiu:

  - a questão da criação de um polo empresarial para que pequenos e médios investidores pudessem investir na zona. Achava que era uma asneira a Câmara não apostar nisso. Tinha apostado apenas no Soito e no Sabugal. E no resto do concelho? Sempre defendera a criação de um polo empresarial naquela zona, que com um investimento pequeno poder-se-ia dinamizar e criar emprego nas freguesias envolventes. Assim houvesse vontade.

  - Referiu também a questão dos depósitos de lixo que voltam a aparecer e da necessidade de se licenciarem alguns depósitos para evitar que o lixo seja colocado ao longo das estradas e caminhos agrícolas, causando, por vezes problemas aos donos dos terrenos aquando de eventual fiscalização, sem qualquer responsabilização.----------

- Tomando a palavra o Vereador **Joaquim Ricardo**, depois de agradecer também a receção, disse que tinha anotado as necessidades sentidas pela Junta de Freguesia mas era necessário definir prioridades, principalmente nesta altura em que as necessidades aumentavam mais e o dinheiro escasseava, de que estacava:

  - A questão da Rotunda da Lajeosa, para dizer que essa era também uma prioridade do atual executivo;

  - A questão do polo industrial, que sempre defendera, tinha ficado o Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia Velha, aquando da reunião feita naquela freguesia, de fazer os

necessários contactos com vista a encontrar um terreno apropriado, mas até à data não tinha havido qualquer evolução.

- Que a questão do lixo "selvagem" era de facto preocupante, devendo a Câmara tomar medidas no sentido de as evitar.

- A questão da colocação de ecopontos não era da responsabilidade da Câmara, mas da empresa Resistrela com que a Junta de Freguesia deveria estabelecer contacto.

- Relativamente à questão da sinalética não era uma questão muito difícil, podendo ser resolvida com o pessoal da Câmara.

❖ A **Vice-presidente** tomou a palavra para responder às questões colocadas pelo Presidente da Junta de Freguesia. Assim disse que:

- relativamente à questão do polo empresarial era de equacionar, dependendo das solicitações de investimento.

- os ecopontos eram diminutos e não tinham chegado para a procura, contudo a Câmara iria reforçar o pedido já feito à Resistrela.

- a questão da unidade de saúde móvel estava a ser equacionada com a ULS- Unidade Local de Saúde, pois a Câmara tinha noção da sua necessidade.

- a questão das verbas de capital estava em análise. ----------

Tendo terminado a reunião na Freguesia da Lageosa o executivo regressou à Câmara para dar continuidade aos assuntos da ordem de trabalhos. Assim:----------

ORDEM DO DIA

❖ Deliberado, por unanimidade, **aprovar** a ata da reunião ordinária de 14/03/2012. ----------

DIVISÃO DE PLANEAMENTO E URBANISMO

TOMADAS DE CONHECIMENTO

❖ A **Câmara tomou conhecimento** dos despachos exarados pelo Presidente da Câmara no uso da competência a que refere o nº 1 do art. 65°da Lei n.°169/99 de 18/9, relativo a: **Obras Particulares,** no período de 22/03/2012 a 28/03/2012. ----------

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

TOMADAS DE CONHECIMENTO

A Câmara tomou conhecimento:

Do ofício enviado pela **Câmara Municipal de Manteigas** a enviar cópia da **Moção** aprovada, sob o título "**a Câmara Municipal de Manteigas contra a extinção da Entidade Regional Turismo da Serra da Estrela**". Foi ainda deliberado, por unanimidade, **subscrever** esta moção em virtude da Câmara também estar contra a extinção desta Entidade Regional. ----------

Do ofício enviado pela **Assembleia Municipal de Trancoso** a enviar cópia da **Moção** aprovada contra a "**Introdução de portagens na A23 e A25**" e **concordaram** com a moção. ----------

❖ Deliberado, por unanimidade, **aprovar** o **Plano Anual dos Mercados e Feiras** a decorrer no Concelho do Sabugal:

MERCADOS E FEIRAS DO CONCELHO DE SABUGAL

FREGUESIAS	MERCADOS	FEIRAS DE ANO
ALDEIA DA PONTE	Primeira segunda-feira de cada mês	
ALDEIA VELHA	Primeira sexta-feira de cada mês	
ALFAIATES	Segunda quinta-feira de cada mês	
BADAMALOS		24 de agosto
BENDADA	Dia 12 de cada mês Quartas-feiras entre 22 e 29 de cada mês	
BISMULA	Último dia do mês	
CASTELEIRO	Dia 10 de cada mês	10 de fevereiro 10 de maio 10 de novembro
FÓIOS	Último sábado de cada mês	11 de agosto
POUSAFOLES DO BISPO	Segundo domingo de cada mês	
QUADRAZAIS	Abril (móvel)	Segundo domingo de agosto
REBOLOSA		25 de novembro
RUIVÓS		Segundo fim de semana de março
RUVINA		Segunda-feira de Pascoela
SABUGAL	Primeira quinta-feira de cada mês Terceira terça-feira de cada mês	29 de Junho
SANTO ESTEVÃO	Última quinta-feira de cada mês	15 de março

		25 de setembro
SOITO	Quarta terça-feira de cada mês	Primeiro domingo de agosto
VALE DE ESPINHO	Segundo sábado de cada mês	
VILA DO TOURO	Terceira quinta-feira de cada mês	
VILAR MAIOR		17 de agosto

DIVISÃO DE GESTÃO E FINANÇAS

TOMADAS DE CONHECIMENTO

A Câmara tomou conhecimento:

- Das **Reconciliações Bancárias** relativas aos meses de Janeiro e Fevereiro de 2012. ----------

- Da **declaração** da Chefe de Divisão sobre os **compromissos plurianuais** inscritos no sistema de contabilidade autárquicos em 31 de dezembro de 2011, devendo ser **submetida** à **Assembleia Municipal**, em cumprimento do disposto na al. a) do artº 15º da Lei n.º 8/2012. ----------

- Da **declaração** da Chefe de Divisão referente aos **recebimento em atraso** à data de 31 de Dezembro de 2011, devendo ser **submetida** à **Assembleia Municipal**, em cumprimento do disposto na al. b) no art. 15º da Lei n.º 8/2012. ----------

- Da **declaração** da Chefe de Divisão onde consta os **pagamentos em atraso** inscritos no sistema de contabilidade autárquico em 31 de Dezembro de 2011, devendo ser **submetida** à **Assembleia Municipal**, em cumprimento do disposto na al. b) do art. 15º da Lei n.º 8/2012. ----------

DIVERSOS

- Deliberado, por unanimidade, **autorizar** a **criação** da *Secção Autónoma para o Processo de Avaliação – 2012* bem como a **alteração** da composição do Conselho Coordenador de Avaliação com fundamento na informação prestada pelo serviço de recursos humanos com o registo n.º 651 datada de 09/03/2012. ----------

DIVISÃO SOCIOCULTURAL E QUALIDADE DE VIDA

DIVERSOS

- Deliberado, por unanimidade, **aprovar** a celebração de protocolos com:

- a **Assembleia de compartes da Freguesia de Malcata,** tendo como objetivo: "*estabelecer a atividade das equipas de sapadores florestais no âmbito da prevenção, defesa e valorização do património florestal do concelho*", e cujo **encargo financeiro** é de 12.500,00€ (tranches trimestrais de 3.125,00€);

- **Conselho Diretivo do Baldio dos Foios**, tendo como objetivo: "*estabelecer a atividade das equipas de sapadores florestais no âmbito da prevenção, defesa e valorização do património florestal do concelho*", e cujo **encargo financeiro** é de 12.500,00€ (tranches trimestrais de 3.125,00€);

- **Comissão de Compartes da Freguesia de Aldeia Velha**, tendo como objetivo: "*estabelecer a atividade das equipas de sapadores florestais no âmbito da prevenção, defesa e valorização do património florestal do concelho*", e cujo **encargo financeiro** é de 12.500,00€ (tranches trimestrais de 3.125,00€);

- **Coopcôa – Cooperativa Agrícola do Concelho do Sabugal**, tendo como objetivo: "*estabelecer a atividade das equipas de sapadores florestais no âmbito da prevenção, defesa e valorização do património florestal do concelho*", e cujo **encargo financeiro** é de 12.500,00€ (tranches trimestrais de 3.125,00€);

- **Conselho Diretivo do Baldio dos Foios**, tendo como objetivo: "*estabelecer a atividade das equipas de sapadores florestais no âmbito da prevenção, defesa e valorização do património florestal do concelho*", e cujo **encargo financeiro** é de 12.500,00€ (tranches trimestrais de 3.125,00€);

- **Acrisabugal – Associação de Criadores de Ruminantes e Produtores Florestais do Concelho do Sabugal**, tendo como objetivo: "*estabelecer a atividade das equipas de sapadores florestais no âmbito da prevenção, defesa e valorização do património florestal do concelho*", e cujo **encargo financeiro** é de 25.000,00€ (tranches trimestrais de 6.250,00€);

nos termos dos disposto nos artigos 19º, 21º e 24º do Regulamento de Apoio ao Associativismo e da informação prestada pelo serviço de Cultura, Juventude, Desporto e Associativismo com o registo n.º 754 datada de 22/03/2012 bem como **nomear** o Vereador Ernesto Cunha e a técnica municipal Carla Filipa Dias Pereira Borrego para acompanhar a execução dos protocolos. ----------

❖ Deliberado, por unanimidade, **aprovar** a celebração de protocolos com:

- a **Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários do Sabugal,** com o objetivo de ajudar as corporações de Bombeiros do Concelho na obtenção das condições de operacionalidade e capacidade de resposta no desenvolvimento das tarefas definidas pelos estatutos e na ação perante o Plano de Emergência Municipal, e cujo **encargo financeiro** é de 80.000,00€ (tranches trimestrais de 20.000,00€);

- a **Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários do Soito,** com o objetivo de ajudar as corporações de Bombeiros do Concelho na obtenção das condições de operacionalidade e capacidade de resposta no desenvolvimento das tarefas definidas pelos estatutos e na ação perante o Plano de Emergência Municipal, e cujo **encargo financeiro** é de 80.000,00€ (tranches trimestrais de 20.000,00€);

nos termos dos disposto nos artigos 19º, 21º e 24º do Regulamento de Apoio ao Associativismo e da informação prestada pelo serviço de Cultura, Juventude, Desporto e Associativismo com o registo n.º 661 datada de 12/03/2012 bem como **nomear** o vereador Ernesto Cunha e o técnico municipal Miguel Neto para acompanhar a execução dos protocolos. ----------

❖ Deliberado, por unanimidade, **autorizar** a **cedência da retroescavadora**, à **Santa Casa da Misericórdia** do Soito, nos termos do disposto nos artigos 2º e 3º do Regulamento de Apoio ao Associativismo e da informação prestada pelo Serviço de Cultura, Juventude, Desporto e Associativismo com o registo n.º 585, datada de 09/03/2012. ----------

❖ Face ao pedido de subsídio solicitado pela **Associação de Surdos da Guarda – Despertar do Silêncio**, por ocasião da comemoração do seu 12º Aniversário, foi deliberado, por unanimidade, **enviar** cópia da informação prestada pelo Serviço de Cultura, Juventude, Desporto e Associativismo com o registo n.º 683, datada de 14/03/2012. ----------

❖ Deliberado, por unanimidade, **autorizar** a **cedência** do mini- autocarro, solicitada pela **Sociedade Filarmónica Bendadense**, nos termos do disposto nos artigos 2º e 3º do Regulamento de Apoio ao Associativismo e da informação prestada pelo Serviço de Cultura, Juventude, Desporto e Associativismo com o registo n.º 686, datada de 14/03/2012. ----------

❖ Deliberado, por unanimidade, **autorizar** o pagamento dos materiais necessários para a reconstrução do imóvel, danificado por um incendio, a **António Augusto Pereira**, nos termos do Regulamento de Apoios Sociais do Município do Sabugal e da informação prestada pelo serviço com o registo n.º 591, datada de 05/03/2012. ----------

DIVISÃO DE EXECUÇÃO

SUBSTITUIÇÃO DO REFORÇO DE GARANTIA

- Deliberado, por unanimidade, **autorizar,** a substituição do reforço de garantia, por garantia bancária, solicitada por **António José Saraiva, S.A,** adjudicatário da obra: " **Remodelação de Espaço para Instalação de Centro de Estudo Jesué Pinharanda Gomes e execução de dreno e pavimento na envolvente da Biblioteca Municipal**", no montante de 3.157,40€ (auto n.º 1) acrescido de juros, se a eles houver direito, com fundamento na informação prestada pelo respetivo serviço com o registo n.º 665 de 13/03/2012.----------

- Deliberado, por unanimidade, **autorizar,** a substituição do reforço de garantia, por garantia bancária, solicitada por **António José Saraiva, S.A,** adjudicatário da obra: " **Execução de um muro na rua Dr. António Vilardell Viñolas – Bairro de S. Pedro – Aldeia de Santo António** " no montante de 2.515,00€ (auto n.º 1), acrescido de juros, se a eles houver direito, com fundamento na informação prestada pelo respetivo serviço com o registo n.º 664 de 13/03/2012.----------

- Deliberado, por unanimidade, **autorizar,** a substituição das cauções prestadas e quantias retidas, por garantia bancária, solicitada por **António José Saraiva, S.A,** adjudicatário da obra: "**Construção de um Recinto Futebolístico, no Soito – 1ª fase** ", no montante de 32.736,42€, acrescidos de juros, se a eles houver direito, com fundamento na informação prestada pelo respetivo serviço com o registo n.º 668 de 13/03/2012. ----------

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

Parecer prévio nos termos do artº 26º do OGE

- Na sequência da questão levantada pela Vereadora **Sandra Fortuna** de, na ata de 29/02/2012 e relativamente à deliberação tomada pela Câmara, de emitir **parecer prévio favorável,** nos termos do artº 26 do OGE, para a prestação de serviços de consultadoria para o desenvolvimento do "**Programa de Empreendedorismo e Inovação Rural (PEIR)**", não constar a verificação a que refere o nº 4 do artº 35º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, o **Presidente da Câmara** disse que os fundamentos para contratação de uma empresa externa eram: o facto de não haver técnicos disponíveis para dar a resposta que a urgência na execução do trabalho necessitava e o gabinete ter coordenado, com o Governador Civil da Guarda, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Rural do Distrito da Guarda.----------

PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE

❖ Deliberado, por unanimidade, **aprovar** o ***1º aditamento ao Plano de Segurança e Saúde*** da obra **"Percurso de Interpretação ao Longo da Margem Esquerda da Albufeira do Sabugal"**, com fundamento na informação do fiscal da obra, com o registo n.º 679 de 14-03-2012. ----------

DIVERSOS

❖ Deliberado, por unanimidade, **aceitar,** com fundamento na informação do fiscal da obra, com o registo n.º 673 de 13/03/2012, a substituição do Diretor Técnico da obra **"Execução das Redes de Água e Saneamento de Batocas e Badamalos"**. ----------

❖ Deliberado, por unanimidade, **autorizar** o pagamento das ***benfeitorias***, relativas à obra **"Via Estruturante da Raia – 1ª Fase"** a:

- **Otília Cantinhas dos Santos**, no montante de 450,00€.
- **José Pereira Morgado**, no montante de 150,00€.
- **Manuel Augusto Lopes**, no montante de 300,00€.
- **Luís Carlos Fernandes Marcos**, no montante de 150,00€,

com fundamento na informação n.º PF01090312 do Serviço de Empreitada e Fiscalização.----------

--- Sendo dezanove horas e quinze minutos e não havendo mais assuntos a tratar foi declarada encerrada a reunião cuja ata foi aprovada em minuta para resolução imediata das deliberações tomadas, que por mim *Maria Teresa Marques,* Técnica Superior, foi lavrada e vai ser assinada, conforme disposto no n.º 3 do art.º 92° da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro. ----------

O PRESIDENTE DA CÂMARA

- António dos Santos Robalo -